

Alberto Furuguem
(furuguem@furuguem.com.br)

GOVERNO DILMA ROUSSEF – 100 DIAS

Os primeiros 100 dias do Governo Dilma Roussef permitem constatar algumas respostas positivas no campo da política internacional e deixam algumas indagações cruciais no campo da economia interna.

Algumas oportunas e necessárias correções no campo das relações internacionais, como a distensão com os Estados Unidos, a partir da bem sucedida visita do Presidente Obama ao Brasil, e de uma nova postura frente a figuras como os líderes do Irã, no Oriente Médio, e Chávez, na América do Sul, recolocam o Brasil em um patamar mais condizente com o nosso status de uma das principais democracias contemporâneas. A visita à China (ainda em curso), nossa maior parceira comercial (no momento), e a principal locomotiva da economia mundial (nos últimos anos), poderá render resultados práticos relevantes, como já é possível constatar.

No plano político interno, o nível da aprovação até agora obtido pelo Governo Dilma Roussef chega a ser surpreendente.

Nada disso garante, entretanto, que o Governo Dilma esteja com o sucesso garantido. Em primeiro lugar, porque os 100 dias são um período muito curto, diante de um mandato de 4 anos. Em segundo lugar, porque os desafios concretos, naturalmente postos para o Governo Dilma, nesta etapa de nossa história, não são nada triviais.

No campo da política macroeconômica, os sinais, até agora emitidos, deixam mais dúvidas e preocupações do que mensagens tranquilizadoras.

O compromisso com a estabilidade, por exemplo, parece, por ora, mais retórico do que efetivo. As políticas monetária, fiscal e cambial, embora com alguns movimentos em direções desejáveis, parecem muito tímidas, diante da aceleração das pressões inflacionárias.

A inflação deverá ultrapassar, em breve, o limite superior do teto (6,5%) fixado pelo sistema de metas inflacionárias. A credibilidade do Banco Central, como principal instituição responsável pelo controle da inflação, está sofrendo desgaste. Ainda é cedo para um julgamento sobre a qualidade da administração Tombini no BC, mas a percepção predominante, no mercado, é de menor autonomia para perseguir sua principal tarefa que é a de controlar a inflação. As medidas macroprudenciais (visando conter a expansão do crédito bancário) e os aumentos na taxa básica de juro (SELIC) não foram, ainda, suficientes para assegurar a convergência da inflação para o centro da meta (4,5%). Na prática, a inflação, por ora, só trouxe más notícias.

Sintoma de que o quadro inflacionário apresenta-se muito preocupante é a atual situação, em que se corre o risco de se passar a controlar a inflação pelos seus efeitos e não pelas suas causas. O próprio Presidente da Petrobrás, ontem, na China, lembrou que a empresa está trabalhando com o patamar de até 85 dólares/barril, quando o petróleo, já atinge o patamar de 120 dólares/barril. Ou seja, tudo indica que já temos “inflação reprimida” ao mesmo tempo em que estamos caminhando para estourar o teto da meta. Já vimos esse filme (no tempo da inflação descontrolada) e não temos razão alguma para querer vê-lo novamente.

Na área fiscal, o anúncio de corte de R\$ 50 bilhões no orçamento federal soou, até agora, mais como retórica do que como disposição efetiva de conter os gastos públicos. A expansão dos recursos, via crédito do BNDES, aponta no sentido contrário ao das medidas macroprudenciais do BC.

Na área da política cambial, o desejo de se evitar valorizações adicionais do real contrasta com o comportamento efetivo da taxa de câmbio. Como a inflação é um grande incômodo, no momento, o BC fica tentado a admitir novas valorizações do real. Trata-se de uma postura de conveniência conjuntural, que vem desde o primeiro mandato de Lula. A expansão dos gastos públicos (o real problema) acaba por ter seus efeitos inflacionários minorados pela valorização do real. O problema é que essa conveniência de curto prazo poderá sair muito caro para o futuro da economia brasileira, no médio e no longo prazo. Já está saindo muito caro, aliás.

Vale lembrar, a propósito, que a China, que tem a economia mais bem sucedida (em matéria de crescimento), nos últimos vinte anos, prefere manter uma moeda muito desvalorizada, mesmo diante das pressões inflacionárias (que mais recentemente tem preocupado o governo daquele país).

Nos primeiros 100 dias do Governo Dilma Roussef não deu para saber, ainda, como será tratada, efetivamente, a questão do “custo Brasil”, este sim, o verdadeiro desafio, não somente do Governo, mas de toda a sociedade brasileira.

Estamos em um patamar de produtividade e potencial de crescimento (limitada por uma elevada e ineficiente carga tributária, uma deficiente infraestrutura, uma deficiente qualificação dos recursos humanos, uma insuficiente taxa de poupança e investimento como proporção do PIB) que não nos permitem, realisticamente, esperar por resultados brilhantes, em termos de crescimento, nos próximos tempos.

É de se perguntar: O Governo Dilma Roussef dispõe de metas (mesmo que não declaradas) para redução do “custo Brasil”? Há meta, por exemplo, para redução da carga tributária? Neste particular, acreditamos que valeria a pena pensar seriamente em se fixar uma meta quantitativa para o final do mandato. O Governo seria capaz de se comprometer, por exemplo, em reduzir a carga tributária dos atuais 35% do PIB para, por exemplo, 33 % do PIB em 2014? Ou admite, até mesmo aumentar a carga tributária, como fez os Governos FHC e Lula, o tempo todo?

São questões cruciais, que poderão fazer muita diferença entre o Governo Dilma Roussef e os antecessores, ou não.

Brasil - Indicadores Selecionados

Ítems	2007	2008	2009	2010 projeção	2011 projeção
1. População (Milhões de habitantes) (1)	185,7	187,6	191,1	192,8	194,5
2. PIB (US\$ bilhões) (PPP)	1834,0	1860,0	2000,0	2100,0	2018
3. PIB per capita (dólares) (PPP) (1)	9876	9915	10460	10890	11210
4. PIB (R\$ bilhões - a preços correntes)	2661	3032	3675	4000	4450
5. PIB (US\$ bilhões - a preços correntes)	1310	1491	2050	2380	2500
6. PIB - Crescimento (% a.a.)	6,1	5,2	7,5	3,8	4,3
- Indústria	5,3	4,1	10,1	3,1	4,0
- Agropecuária	4,8	6,1	6,5	3,8	4,4
- Serviços	6,1	4,9	5,4	4,1	4,4
7. Inflação (% a.a.) (preços ao consumidor) (IPCA)	4,5	5,9	5,9	6,2	4,8
8. Inflação (% a. a. - IGPM)	7,7	9,8	11,3	7,1	4,7
9. Taxa média de desemprego (%)	9,3	8,1	6,5	6,3	6,2
10. Taxa Nominal de juros (SELIC % a.a.)	11,25	13,75	10,75	12,50	11,50
11. Taxa real de juros (% a.a.)	8,1	7,2	4	5,5	6,4
12. Taxa de Investimento	17,4	19,1	18,4	19,0	19,0
13. Exportações (US\$ bilhões)	160,6	197,9	201,9	252,0	262,0
14. Importações (US\$ bilhões)	120,6	173,2	181,6	238,0	251,0
15. Balança comercial (US\$ bilhões)	40,0	24,7	20,2	14,0	11,0
16. Saldo em conta-corrente (US\$ bilhões)	3,6	-28,3	-47,5	-65,00	-68,0
17. Saldo em conta-corrente/PIB (%)	0,3	-1,8	-2,3	-2,7	-2,7
18. Investimentos Externos (US\$ bilhões)	34,6	45,1	48,5	54,0	45,0
19. Reservas Cambiais (US\$ bilhões)	180,3	206,8	288,6	330,00	335,0
20. Dívida externa total líquida (US\$ bilhões)	-11,9	-27,7	-50,00	-52,0	-55,0
21. Dívida externa total líquida/exportações	0,0	-0,1	-0,3	-0,3	-0,2
22. Taxa de Câmbio final de período (R\$/US\$)	1,78	2,35	1,67	1,75	1,8
23. Taxa de Câmbio Real/Dólar (variação %)	-16,8	32,0	-4,0	4,8	2,9
24. Déficit Público Nominal (% PIB)	2,3	2,0	2,6	2,8	2,5
Governo Federal	...	0,9	1,3
Governos Estaduais e Municipais	...	1,2	1,3
Empresas Estatais	...	-0,1	0,0
25. Dívida Pública Líquida (US\$ bilhões)	674,6	490,9	773,2	914,00	953
26. Dívida Pública Líquida/PIB (%)	43,9	38,8	43,0	40,00	39,0
27. Dívida Pública Líquida (R\$ bilhões)	1150,4	1153,6	1345,3	1600,00	1715,0
28. Carga Tributária (% do PIB)	34,5	34,9	34,3	36,0	36,0
29. Juros/PIB (%)(**)	6,3	5,6	5,4	5,4	5,3
30. Supermercados - Vendas Reais (%)	5,9	9,0	5,5	4	4,0

Fonte dos dados observados: IBGE, Banco Central, FGV, BNDES, IPEA; SECEX e ABRAS.

(1) Estimativa sujeita a alteração

(*) Calculado pelo Banco Mundial, utilizando o critério de Paridade de Poder de Compra (PPP) .

(**) Juros nominais